



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº /2021

(Do Sr. Deputado PROFESSOR ISRAEL BATISTA)

Requer a realização de audiência pública para debater e analisar os impactos que podem ser causados a partir da aprovação da PEC 32/2020, Reforma Administrativa, no âmbito da Comissão de Educação.

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 24, III, 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos deputados, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Educação, para debater os impactos da Reforma Administrativa nas carreiras do serviço público.

Para a realização de audiência pública, requeiro que sejam convidadas as seguintes representações:

1. Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental - **ANESP**; Sr. Pedro Pontual.
2. Sindicato dos Professores do Distrito Federal - **SINPRO-DF**;
3. Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Públicas do Distrito Federal- **SAE**;
4. Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal - **SINEPE**;
5. Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal - **SINPROEP**;
6. Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar em Estabelecimentos Particulares de Ensino no Distrito Federal - **SAEP**;



* C D 2 1 3 6 7 4 7 3 2 5 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Professor Israel Batista** - PV/DF

JUSTIFICAÇÃO

Excelentíssimo Senhor Presidente, a Proposta de Emenda à Constituição, n. 32, doravante denominada PEC da Reforma Administrativa, do qual foi encaminhada como peça fundamental do pacote de reestruturação do Estado brasileiro, pelo Governo Federal, justificando-se, então, sua necessidade para fins de manutenção ou prevenção do chamado Teto de Gastos, precisa ser melhor debatida e analisada.

Entendemos que, a maior motivação para a sua propositura é pautada pela ideologia da atual gestão federal, em uma tentativa de desmoralização dos servidores públicos frente à sociedade, de maneira geral, responsabilizando-os, injustamente, pelos déficits que anualmente o Estado brasileiro enfrenta.

Desde sua posse, ainda em 2019, Bolsonaro e sua ala econômica vinham ameaçando encaminhar a proposta de Reforma Administrativa para acabar com o que eles em demasiados momentos chamaram e continuam a chamar de “parasitismo do funcionalismo público”, para nossa maior indignação, mas não para a nossa surpresa, o Governo Bolsonaro apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição que não veio acompanhada de qualquer diagnóstico fundamentado, estudo ou projeções concretas dos resultados que este projeto alcançará caso seja aprovado pelas casas legislativa do Congresso Nacional.

Ressaltamos novamente: não há dados ou evidências que dêem bases suficientes para as propostas apresentadas pelo texto ao Congresso. Pelo contrário, suas principais decisões vão na contramão do que temos de fundamentos na gestão pública.

Sr. Presidente, a proposta que está em discussão ataca todos trabalhadores do serviço público que possuem salário médio, principalmente os professores, e, ainda mais, aqueles que estão na linha de frente do ensino básico, deixando estável apenas aquelas categorias que possuem os maiores privilégios, sob a justificativa de que carreira da educação é responsável por uma parcela “significativa” da folha de pagamento da União.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professor Israel Batista

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213674732500>



Um ponto, também importante, a se destacar é sobre a estabilidade destes servidores que está sendo atacada, ponto fundamental para o desenvolvimento e melhor empenho em suas carreiras, os professores e professoras, por exemplo, necessitam da estabilidade para se pós-graduar, ir para o mestrado e doutorado, aproximando-se, então,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **Professor Israel Batista** - PV/DF

da produção de ciência e inovação. Do contrário, os professores e professoras estarão se afastando da educação pública em demasia.

Pela sua vasta experiência na gestão pública e no desenvolvimento de políticas públicas, proponho que convidemos para o âmbito desta comissão o Sr. Pedro Pontual, da ANESP - Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, para que apresente estudos e dados que suportem a nossa tese de que esta Proposta é meramente pautada por anseios ideológicos.

Acreditamos, Sr. Presidente, que sim, precisamos repensar o serviço público, de forma a modernizá-los e torná-los cada vez mais eficientes para atender as necessidades do Estado, em especial, o povo brasileiro que tanto padece de auxílio para o seu desenvolvimento e estado de bem estar. Mas não acreditamos que a proposta que está sendo discutida hoje seja o que precisamos, uma proposta equivocada, que não se sustenta em dados reais.

Haja vista a necessidade de ampliação do debate acerca desta proposta, solicito o apoio dos nobres Deputados para a aprovação deste requerimento.

Sala das sessões, em de Maio de 2021.

PROFESSOR ISRAEL BATISTA
PV/DF



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Professor Israel Batista
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213674732500>

